BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA E DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: BARREIRAS, POTENCIALIDADES E PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

PSYCHOPEDAGOGICAL APPROACH AND UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING: BARRIERS, POTENTIALITIES AND PARTICIPATION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN MAINSTREAM EDUCATION

ENFOQUE PSICOPEDAGÓGICO Y DISEÑO UNIVERSAL PARA EL APRENDIZAJE: BARRERAS, POTENCIALIDADES Y PARTICIPACIÓN DE ESTUDIANTES CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES EN LA EDUCACIÓN REGULAR

https://doi.org/10.56238/bocav25n82-007

Data de submissão: 16/08/2026 **Data de publicação:** 16/09/2026

Fernando Pereira dos Santos Barbosa
Mestrando em Educação
Instituição: Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)
E-mail: fernandobarbosapsicopedagogo@outlook.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-9367-6597
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2760923476829236

José Alex Bueno Moch Junior
Mestrando em Educação
Instituição: Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)
E-mail: jose.alex.jr@hotmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3077616959460357

Eliana Leite Perez
Mestranda em Educação
Instituição: Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)
E-mail: elianaperez@prof.educacao.sp.gov.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8881887955414327

Hayrlla Gisele Maia Saldanha
Mestranda em Educação
Instituição: Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)
E-mail: giselehayrlla@gmail099@gmail.com

RESUMO
A educação inclusiva demanda mais do que o acesso e a permanência do estudante na escola, exigindo condições concretas para participação, aprendizagem, autonomia e pertencimento. Nesse cenário, a abordagem psicopedagógica e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) oferecem

perspectivas complementares para compreender a variabilidade dos estudantes e enfrentar barreiras produzidas na relação entre sujeito, currículo, práticas pedagógicas e contexto. Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de um estudo de caso coletivo construído para fins acadêmicos, condições de desenvolvimento, aprendizagem e participação de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular, articulando a abordagem psicopedagógica aos princípios do DUA. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e interpretativo, organizado na modalidade de estudo de caso coletivo. Foram construídos três casos acadêmicos, identificados pelos pseudônimos Ana, Bruno e Carlos, considerando cinco dimensões analíticas: desenvolvimento somático, educação familiar, desenvolvimento psicológico, aprendizagem e educação recebida. Os resultados indicam que as dificuldades apresentadas não devem ser compreendidas exclusivamente como atributos individuais, pois se relacionam às condições de acesso, participação, comunicação, organização das atividades e formas de expressão da aprendizagem. A análise evidencia que recursos multimodais, previsibilidade, flexibilização dos meios de registro, mediação da leitura e diversificação das estratégias podem reduzir barreiras sem diminuir os objetivos curriculares. Conclui-se que a articulação entre psicopedagogia e DUA favorece uma compreensão ampliada dos processos de aprendizagem e pode subsidiar práticas colaborativas, planejamento acessível e formação continuada dos agentes educacionais.

Palavras-chave: Barreiras à Aprendizagem. Desenho Universal para a Aprendizagem. Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais. Psicopedagogia.

ABSTRACT

Inclusive education requires more than students' access to and continued attendance at school; it demands concrete conditions for participation, learning, autonomy, and a sense of belonging. Within this context, the psychopedagogical approach and Universal Design for Learning (UDL) offer complementary perspectives for understanding student variability and addressing barriers arising from the relationship between the individual, curriculum, pedagogical practices, and context. This article aims to analyze, through a collective case study developed for academic purposes, the conditions of development, learning, and participation of students with special educational needs in mainstream education, articulating the psychopedagogical approach with the principles of UDL. This is a qualitative, descriptive, and interpretive study organized as a collective case study. Three academic cases were constructed, identified by the pseudonyms Ana, Bruno, and Carlos, considering five analytical dimensions: somatic development, family education, psychological development, learning, and education received. The results indicate that the difficulties presented should not be understood exclusively as individual attributes, as they are related to conditions of access, participation, communication, activity organization, and forms of expressing learning. The analysis demonstrates that multimodal resources, predictability, flexibility in recording methods, reading mediation, and diversification of strategies can reduce barriers without lowering curricular objectives. It is concluded that the articulation between psychopedagogy and UDL promotes a broader understanding of learning processes and may support collaborative practices, accessible planning, and continuing education for educational professionals.

Keywords: Barriers to Learning. Inclusive Education. Psychopedagogy. Special Educational Needs. Universal Design for Learning.

RESUMEN

La educación inclusiva exige más que el acceso y la permanencia del estudiante en la escuela, requiriendo condiciones concretas para la participación, el aprendizaje, la autonomía y el sentido de pertenencia. En este contexto, el enfoque psicopedagógico y el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) ofrecen perspectivas complementarias para comprender la variabilidad de los estudiantes y abordar las barreras producidas en la relación entre el sujeto, el currículo, las prácticas pedagógicas y el contexto. Este artículo tiene como objetivo analizar, a través de un estudio de caso colectivo construido con fines académicos, las condiciones de desarrollo, aprendizaje y participación de estudiantes con necesidades educativas especiales en la educación regular, articulando el enfoque psicopedagógico con los principios del DUA. Se trata de un estudio cualitativo, descriptivo e interpretativo, organizado como estudio de caso colectivo. Se construyeron tres casos académicos, identificados con los seudónimos Ana, Bruno y Carlos, considerando cinco dimensiones analíticas: desarrollo somático, educación familiar, desarrollo psicológico, aprendizaje y educación recibida. Los resultados indican que las dificultades presentadas no deben entenderse exclusivamente como atributos individuales, ya que se relacionan con las condiciones de acceso, participación, comunicación, organización de actividades y formas de expresión del aprendizaje. El análisis demuestra que los recursos multimodales, la previsibilidad, la flexibilidad en los métodos de registro, la mediación de lectura y la diversificación de estrategias pueden reducir las barreras sin disminuir los objetivos curriculares. Se concluye que la articulación entre psicopedagogía y DUA promueve una comprensión más amplia de los procesos de aprendizaje y puede respaldar prácticas colaborativas, planificación accesible y educación continua para los profesionales educativos.

Palabras clave: Barreras del Aprendizaje. Diseño Universal para el Aprendizaje. Educación Inclusiva. Necesidades Educativas Especiales. Psicopedagogía.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um compromisso ético, político e pedagógico com o direito de todos os estudantes à participação, à aprendizagem e ao desenvolvimento. Entretanto, a inclusão escolar não se efetiva apenas mediante o acesso à matrícula e à permanência física na escola. Ela requer condições que permitam aos estudantes participar das atividades, interagir, desenvolver autonomia e demonstrar seus conhecimentos por diferentes meios.

No contexto brasileiro, a educação especial passou por transformações importantes em suas concepções e políticas. Garcia e Michels (2011) evidenciam que a trajetória das políticas de educação especial esteve relacionada a diferentes compreensões acerca da deficiência, da escolarização e das formas de atendimento. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 também constitui marco relevante para a organização da educação especial na educação básica.

A implementação das políticas inclusivas, contudo, depende das condições concretas das instituições escolares. Caiado e Laplane (2009) destacam a importância da organização dos sistemas de ensino, da formação dos profissionais e da construção de práticas capazes de assegurar o direito à diversidade. Nessa direção, Gomes (2007) compreende a diversidade como dimensão constitutiva do currículo, uma vez que a escola reúne sujeitos com diferentes histórias, identidades, experiências, conhecimentos e modos de aprender.

A abordagem psicopedagógica contribui para esse debate ao compreender a aprendizagem como fenômeno multidimensional, relacionado às características do estudante, às relações estabelecidas, às estratégias pedagógicas e às condições contextuais. Dessa perspectiva, uma dificuldade de aprendizagem não deve ser automaticamente convertida em déficit individual; é necessário investigar em quais situações a dificuldade emerge, quais barreiras estão presentes e quais condições favorecem a participação.

O Desenho Universal para a Aprendizagem amplia essa compreensão ao propor que a variabilidade dos estudantes seja considerada desde o planejamento pedagógico. O modelo organiza possibilidades de engajamento, representação e ação e expressão, favorecendo diferentes caminhos de acesso ao conhecimento e de demonstração da aprendizagem (CAST, 2018, 2024).

A questão que orienta este artigo é: como a abordagem psicopedagógica, articulada ao Desenho Universal para a Aprendizagem, pode contribuir para identificar barreiras, reconhecer potencialidades e favorecer a participação e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular?

O objetivo geral consiste em analisar, por meio de um estudo de caso coletivo construído para fins acadêmicos, as relações entre desenvolvimento, aprendizagem, participação e condições pedagógicas de estudantes com necessidades educacionais especiais, articulando a abordagem psicopedagógica aos princípios do DUA. Especificamente, busca-se identificar barreiras e potencialidades presentes nos casos, interpretar suas implicações para a aprendizagem e projetar estratégias de intervenção e formação dos agentes educacionais.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE E DIREITO À APRENDIZAGEM

A educação inclusiva pressupõe uma escola comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes. Essa concepção exige superar práticas que atribuem exclusivamente ao estudante a origem das dificuldades encontradas no processo educativo. Quando determinada atividade, recurso, linguagem ou metodologia restringe a participação, torna-se necessário analisar também as características do ambiente e da própria organização pedagógica.

Garcia e Michels (2011) demonstram que a educação especial brasileira foi marcada por diferentes concepções e políticas, o que torna necessário compreender essa trajetória para interpretar os desafios contemporâneos. A existência de dispositivos normativos representa condição indispensável, mas não suficiente: a efetivação do direito à educação depende da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, formação profissional, currículo, acessibilidade e práticas pedagógicas.

Caiado e Laplane (2009) evidenciam que a implementação da educação inclusiva ocorre em contextos institucionais concretos. Recursos disponíveis, organização do trabalho pedagógico e formação dos profissionais interferem nas possibilidades efetivas de participação. Assim, a inclusão não pode ser reduzida à presença do estudante em uma sala comum; precisa ser examinada a partir de sua experiência de pertencimento, interação e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a diversidade deve ser assumida como elemento constitutivo do currículo. Gomes (2007) ressalta que os estudantes carregam histórias, identidades, culturas e conhecimentos diversos. Um currículo inclusivo não implica reduzir expectativas de aprendizagem, mas ampliar os caminhos pelos quais objetivos educacionais significativos podem ser alcançados.

Essa compreensão desloca a análise de uma lógica centrada exclusivamente na adaptação do indivíduo para uma perspectiva relacional. A pergunta deixa de ser apenas o que o estudante não consegue fazer e passa a incluir quais barreiras o contexto produz, quais apoios estão disponíveis e

quais condições podem ampliar sua participação. Tal deslocamento é fundamental para uma escola que pretende articular equidade e qualidade educacional.

3 ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA E DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

A psicopedagogia possibilita analisar os processos de aprendizagem considerando a interação entre sujeito, conhecimento, relações e contexto. No âmbito escolar, essa perspectiva pode contribuir para identificar estratégias utilizadas pelos estudantes, barreiras encontradas, formas de participação e condições que favorecem a aprendizagem.

Barbosa (2024) destaca a importância de ações docentes especializadas articuladas à perspectiva psicoeducativa, enquanto Barbosa (2025) discute a atuação integrada do educador especial e do psicopedagogo na escola inclusiva. Nessa concepção, o psicopedagogo não substitui o professor nem o profissional da educação especial. Sua contribuição ocorre de forma colaborativa, especialmente na análise dos processos de aprendizagem, na orientação das estratégias e na articulação entre diferentes agentes educacionais.

O DUA oferece uma estrutura complementar para essa atuação. Seus princípios consideram a variabilidade humana como elemento esperado do processo educativo e propõem diferentes possibilidades de engajamento, representação e ação e expressão (CAST, 2018, 2024). A versão 3.0 das diretrizes do CAST, publicada em 2024, amplia a atenção às barreiras relacionadas a práticas e sistemas de exclusão e enfatiza a agência do estudante.

A articulação entre psicopedagogia e DUA permite, portanto, ampliar a unidade de análise. Em lugar de perguntar somente qual é o problema do estudante, passa-se a investigar quais barreiras estão presentes na atividade, no currículo, na comunicação, nos recursos e nas formas de avaliação e quais condições podem favorecer a aprendizagem.

Essa mudança possui consequências práticas. Um estudante pode compreender determinado conteúdo oralmente e, simultaneamente, encontrar dificuldades para registrá-lo por escrito. Outro pode apresentar maior participação quando conhece previamente a organização da atividade. Um terceiro pode demonstrar compreensão quando são empregados recursos visuais, concretos ou multimodais. Em todos esses casos, diversificar os meios de acesso e expressão não significa simplificar necessariamente o conteúdo, mas oferecer condições distintas para alcançar objetivos comuns.

Sanches (2005) aproxima investigação, ação e transformação da prática educativa, perspectiva especialmente pertinente à educação inclusiva. Conhecer uma situação educacional ganha sentido quando produz possibilidades concretas de intervenção e mudança.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 DELINEAMENTO E NATUREZA DO ESTUDO

O artigo caracteriza-se como estudo qualitativo, descritivo e interpretativo, organizado na modalidade de estudo de caso coletivo. A escolha desse delineamento permite analisar diferentes situações de aprendizagem e estabelecer relações entre desenvolvimento, família, escolarização, participação e contexto, preservando a complexidade dos fenômenos educacionais.

É importante delimitar o estatuto dos dados analisados. Os três casos foram construídos exclusivamente para fins acadêmicos, a partir das dimensões e dos objetivos propostos na atividade da disciplina, não constituindo uma pesquisa empírica realizada com estudantes identificáveis. Dessa forma, as interpretações apresentadas devem ser compreendidas como exercício analítico e projeção de intervenção, e não como generalização de resultados de campo.

4.2 CASOS E CONTEXTO ANALÍTICO

Foram construídos três casos acadêmicos de estudantes entre 9 e 11 anos, matriculados no ensino regular, identificados pelos pseudônimos Ana, Bruno e Carlos. O contexto considerado corresponde a uma escola regular de ensino fundamental, abrangendo situações de sala de aula, atividades pedagógicas, convivência e interação.

O contexto social envolve a convivência entre estudantes com diferentes características e modos de aprender; o contexto interpessoal contempla as relações entre estudantes, professores, família, psicopedagogo, profissionais da educação especial e equipe pedagógica.

4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Foram previstos três instrumentos: roteiro de entrevista semiestruturada com familiares, roteiro de entrevista com o professor regente e protocolo de observação psicopedagógica, além de uma matriz de análise fundamentada no DUA. Os instrumentos contemplam cinco dimensões: desenvolvimento somático, educação familiar, desenvolvimento psicológico, aprendizagem e educação recebida.

O desenvolvimento somático considera informações referentes à gestação, nascimento, desenvolvimento motor e autonomia. A educação familiar contempla rotina, acompanhamento escolar, expectativas e participação. O desenvolvimento psicológico considera interação, comunicação, motivação e autorregulação. A aprendizagem abrange leitura, escrita, matemática, estratégias e participação. A educação recebida contempla práticas pedagógicas, recursos, avaliação e acessibilidade.

O protocolo de observação psicopedagógica foi aplicado aos três casos acadêmicos construídos, com caráter exclusivamente acadêmico e demonstrativo. Em uma investigação empírica, seriam necessárias autorização institucional, consentimento dos responsáveis, assentimento dos estudantes e observância dos princípios éticos aplicáveis. O acesso ao campo, portanto, é apresentado como projeção metodológica para eventual pesquisa empírica.

Para o controle posterior das informações, foram previstos registro sistemático, utilização de pseudônimos, separação entre descrição e interpretação e organização dos dados segundo as cinco dimensões estabelecidas.

4.4 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

A análise foi organizada a partir da integração entre características dos estudantes, barreiras presentes no ambiente, estratégias utilizadas e condições favorecedoras da aprendizagem. Buscou-se distinguir descrição e interpretação, relacionando os achados dos casos aos princípios do DUA.

A triangulação prevista entre diferentes sujeitos — estudantes, família, professor, psicopedagogo, profissionais da educação especial e equipe pedagógica — constitui estratégia relevante para ampliar a compreensão dos casos e evitar conclusões baseadas em uma única perspectiva. Como os casos são acadêmicos, essa triangulação permanece como procedimento projetado para uma futura investigação de campo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos três casos acadêmicos evidencia que as condições de aprendizagem não podem ser compreendidas de maneira dissociada das características dos estudantes e das condições pedagógicas nas quais participam. Nesse sentido, os resultados foram organizados a partir da identificação das barreiras, do reconhecimento das potencialidades e da análise das possibilidades de

intervenção, articulando a perspectiva psicopedagógica aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem.

O percurso analítico adotado pode ser sintetizado na Figura 1, que representa o movimento entre observação, identificação de barreiras, reconhecimento de potencialidades, planejamento pedagógico e acompanhamento da aprendizagem.

Figura 1. Fluxo analítico da articulação entre barreiras, potencialidades, psicopedagogia e Desenho Universal para a Aprendizagem



Fonte: Elaborada pelos autores (2026), com base em CAST (2018, 2024), Sanches (2005), Caiado e Laplane (2009) e Barbosa (2024, 2025).

5.1 BARREIRAS RELACIONADAS À PRODUÇÃO ESCRITA E À GRAFOMOTRICIDADE

Ana, 9 anos, apresenta maior dificuldade relacionada à execução grafomotora e ao tempo necessário para atividades escritas. Paralelamente, demonstra compreensão dos conteúdos, interesse

por histórias e boa capacidade de expressão oral. No registro acadêmico construído para representar a situação, a estudante afirma: “Eu sei o que quero escrever, mas demora muito para minha mão acompanhar.”

A manifestação sintetiza uma distinção pedagogicamente relevante entre saber e conseguir registrar o saber por determinado meio. Se a avaliação do conhecimento ocorrer exclusivamente pela produção manuscrita em tempo reduzido, o instrumento avaliativo pode incorporar uma barreira que não corresponde ao objetivo curricular. A partir do DUA, torna-se possível pensar em alternativas de registro, ampliação de tempo, uso de tecnologia e outras formas de expressão, preservando o objetivo cognitivo da atividade.

Do ponto de vista psicopedagógico, a análise deve evitar uma leitura reducionista da dificuldade como incapacidade global. O dado relevante é a discrepância entre compreensão e desempenho em uma modalidade específica de resposta. Essa discrepância pode orientar uma intervenção mais precisa, centrada nas condições de realização da tarefa.

5.2 PREVISIBILIDADE, ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Bruno, 10 anos, apresenta maior necessidade de previsibilidade na rotina escolar. Demonstra boa memória, interesses específicos e participação mais consistente quando as atividades são antecipadas e organizadas. No registro acadêmico, afirma: “Eu preciso saber antes quando vai mudar.”

Nesse caso, a barreira não está necessariamente no conteúdo curricular, mas na forma como mudanças e transições são organizadas e comunicadas. Recursos visuais, antecipação de etapas, sinalização das mudanças e organização previsível das tarefas podem reduzir a incerteza e ampliar a participação.

A análise reforça a importância de compreender que estratégias de acessibilidade não devem ser tratadas como privilégios ou concessões. Quando uma condição organizacional favorece o acesso do estudante à atividade, ela cumpre função pedagógica e pode ser planejada previamente para beneficiar diferentes sujeitos.

5.3 DIFERENÇAS ENTRE COMPREENSÃO ORAL, LEITURA E EXPRESSÃO ESCRITA

Carlos, 11 anos, demonstra maior dificuldade quando as atividades dependem exclusivamente de leitura autônoma e produção escrita. Em contrapartida, apresenta boa compreensão oral e raciocínio

prático. No registro acadêmico construído para o caso, afirma: “Quando o professor explica, eu entendo. Quando é para ler sozinho, eu fico perdido.”

A situação evidencia a necessidade de diferenciar o conhecimento que se pretende ensinar do canal pelo qual esse conhecimento é apresentado e avaliado. Leitura mediada, apoio visual, organização das informações e diferentes possibilidades de resposta podem reduzir barreiras sem diminuir a complexidade dos objetivos.

A perspectiva psicopedagógica contribui ao observar como o estudante acessa, processa e expressa a informação em diferentes situações. O DUA, por sua vez, oferece uma estrutura para que a diversidade de formas de representação e expressão seja incorporada ao planejamento desde o início, e não apenas depois que uma dificuldade aparece.

5.4 POTENCIALIDADES COMO PONTO DE PARTIDA PARA A INTERVENÇÃO

Os três casos apresentam diferenças importantes, mas também evidenciam potencialidades que podem funcionar como pontos de partida para o planejamento pedagógico. Ana possui expressão oral e interesse por histórias; Bruno demonstra memória e maior participação diante de organização previsível; Carlos apresenta compreensão oral e raciocínio prático.

A identificação de potencialidades modifica a lógica da intervenção. Em vez de construir o planejamento exclusivamente a partir do que o estudante não consegue realizar, parte-se das competências já disponíveis para ampliar os caminhos de aprendizagem. Esse princípio é particularmente relevante em contextos inclusivos, nos quais a diferença não deve ser convertida automaticamente em déficit.

5.5 O AMBIENTE ESCOLAR COMO PRODUTOR OU REDUTOR DE BARREIRAS

A integração das informações indica que as barreiras não podem ser atribuídas exclusivamente às características individuais. Elas resultam da interação entre formas particulares de aprender e condições oferecidas pelo ambiente escolar. Essa leitura aproxima-se da perspectiva inclusiva ao considerar que recursos, tempos, linguagens, organização da rotina e formas de avaliação podem ampliar ou restringir a participação.

O diagnóstico psicopedagógico construído no estudo, portanto, não corresponde a diagnóstico clínico. Trata-se de uma interpretação educacional das relações entre aprendizagem, participação,

potencialidades, barreiras e condições pedagógicas. Seu propósito é subsidiar decisões educativas e não estabelecer classificações clínicas.

5.6 CONTRIBUIÇÕES DA ARTICULAÇÃO ENTRE PSICOPEDAGOGIA E DUA

A principal contribuição da articulação analisada está na possibilidade de integrar dois movimentos complementares. A psicopedagogia favorece a compreensão do sujeito em situação de aprendizagem, considerando estratégias, dificuldades, relações e contexto. O DUA amplia essa análise para o planejamento do ambiente, propondo antecipação da variabilidade e diversificação dos meios de participação.

Essa articulação permite que a observação das dificuldades não termine na identificação do problema. O dado produzido pela observação pode transformar-se em decisão pedagógica: ampliar tempo, oferecer recursos visuais, diversificar meios de representação, permitir diferentes formas de expressão, organizar previamente a rotina ou utilizar mediação diferenciada.

Nesse sentido, a inclusão passa a ser compreendida como processo de investigação contínua das condições de aprendizagem. O foco deixa de ser somente a adaptação posterior de um estudante considerado diferente e passa a contemplar a construção antecipada de experiências educacionais mais acessíveis.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E FORMAÇÃO DOS AGENTES EDUCACIONAIS

A partir dos resultados analíticos, propõe-se o programa de formação “Incluir para Aprender: Psicopedagogia e Desenho Universal para a Aprendizagem”, destinado a professores, psicopedagogo, profissionais da educação especial, equipe pedagógica e familiares. A proposta poderá ser organizada em quatro encontros de duas horas.

O primeiro encontro deverá abordar educação inclusiva, diversidade, barreiras e equidade. O segundo será dedicado a desenvolvimento, aprendizagem, potencialidades e observação psicopedagógica. O terceiro tratará dos princípios do DUA. O quarto consistirá em oficina de planejamento e análise de atividades.

Como exercício prático, uma tarefa tradicional de leitura e resposta escrita poderá ser reorganizada mantendo o mesmo objetivo curricular, mas oferecendo diferentes possibilidades de acesso e expressão: texto escrito, leitura oral, imagens, áudio, discussão coletiva e respostas escrita,

oral ou digital. O princípio central é preservar a intencionalidade curricular e diversificar os meios de participação.

O psicopedagogo participará da formação contribuindo para a análise dos processos de aprendizagem, identificação de barreiras, orientação aos professores, acompanhamento das estratégias e diálogo com as famílias. Sua atuação deverá ser colaborativa e articulada às atribuições dos demais profissionais.

O acompanhamento da intervenção deverá considerar não apenas o desempenho acadêmico, mas também participação, autonomia, comunicação, interação, persistência e capacidade de utilizar estratégias. Dessa forma, a avaliação passa a contemplar indicadores que permitem observar mudanças na relação do estudante com as tarefas e com o ambiente.

A formação continuada é necessária para que a inclusão não dependa exclusivamente da iniciativa individual de um profissional. Trata-se de responsabilidade compartilhada entre escola, família, profissionais e comunidade, sustentada por planejamento, acompanhamento e revisão permanente das práticas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite sustentar que a inclusão escolar não se resume à presença física do estudante no ensino regular. Sua efetivação depende da existência de condições pedagógicas, relacionais e institucionais que possibilitem participação, aprendizagem, autonomia e pertencimento.

Os cinco eixos considerados — desenvolvimento somático, educação familiar, desenvolvimento psicológico, aprendizagem e educação recebida — demonstram que as trajetórias escolares são constituídas por múltiplos fatores. Por essa razão, intervenções centradas exclusivamente na dificuldade individual tendem a produzir respostas parciais.

A abordagem psicopedagógica possibilita compreender os processos de aprendizagem de maneira ampliada, identificando potencialidades, barreiras e condições favorecedoras. O DUA complementa essa perspectiva ao propor diferentes possibilidades de engajamento, representação e ação e expressão. A articulação entre ambos permite deslocar o olhar do déficit isolado para a relação entre estudante, atividade e contexto.

Nos casos analisados, as diferenças entre compreensão e forma de expressão, necessidade de previsibilidade e dificuldades relacionadas à produção escrita mostram que uma mesma tarefa pode

criar obstáculos distintos para diferentes estudantes. Isso reforça a necessidade de planejamento flexível, acessibilidade pedagógica e diversificação das formas de participação e avaliação.

A principal contribuição do estudo consiste em evidenciar que inclusão não significa oferecer menos aos estudantes, mas criar diferentes caminhos para que possam alcançar objetivos educacionais significativos. A equidade, nesse sentido, exige reconhecer diferenças sem transformá-las em obstáculos à participação.

Como limitação, destaca-se o caráter acadêmico e construído dos casos, o que impede a generalização dos achados como evidências empíricas. Ao mesmo tempo, esse limite aponta uma possibilidade de continuidade: a aplicação dos instrumentos em pesquisas de campo, com procedimentos éticos adequados, poderá aprofundar a compreensão das relações entre práticas pedagógicas, barreiras e aprendizagem.

Conclui-se que uma escola inclusiva exige formação continuada, trabalho colaborativo, participação familiar, planejamento acessível e avaliação comprometida com o desenvolvimento. Nesse processo, o psicopedagogo pode exercer papel relevante na articulação entre diferentes agentes educacionais e na transformação de informações sobre dificuldades em estratégias concretas de intervenção. O DUA, por sua vez, contribui para que a diversidade seja considerada desde o planejamento, reduzindo barreiras antes que elas impeçam a participação.

Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida como processo permanente de análise, ação e transformação das condições educativas, tendo como horizonte não apenas a presença do estudante na escola, mas seu direito efetivo de aprender, participar, desenvolver autonomia e pertencer à comunidade escolar.

AGRADECIMENTOS

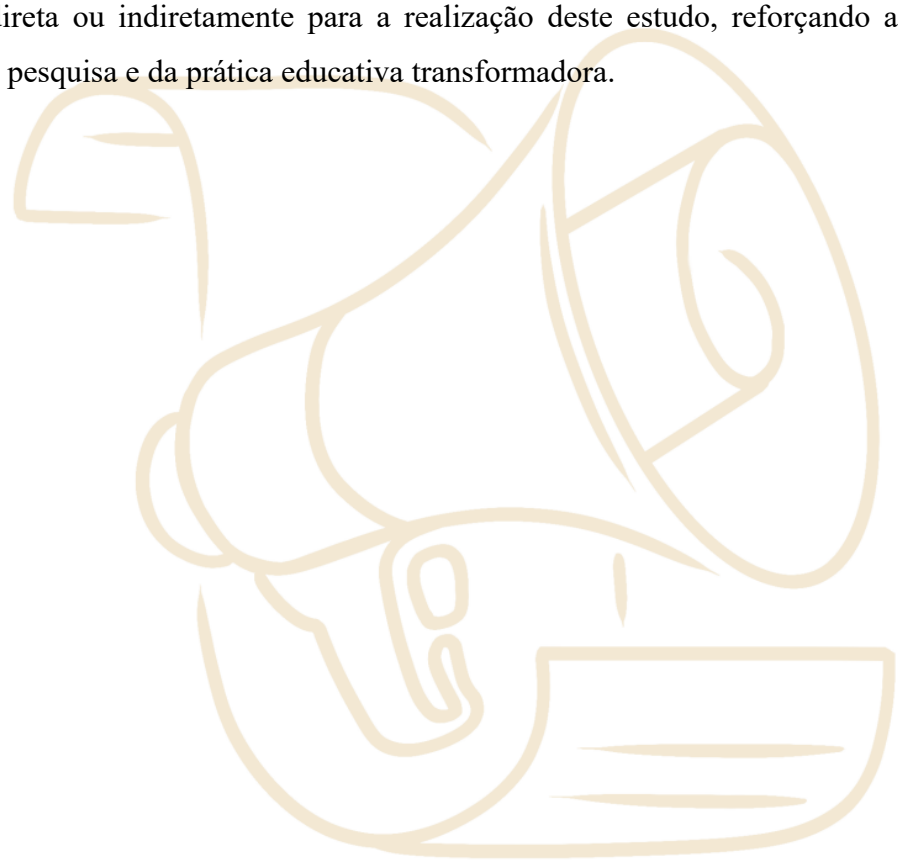
Primeiramente, agradecemos a Deus e à espiritualidade, que nos proporcionaram força, sabedoria e perseverança para a realização deste trabalho na disciplina FP103 – Fundamentos da Educação Especial: Processos de Atenção à Diversidade.

Agradecemos às nossas famílias, pelo apoio incondicional e compreensão ao longo de toda a trajetória acadêmica, e aos nossos cônjuges, pelo incentivo constante e motivação diária.

Manifestamos nossa gratidão à Universidad Europea del Atlántico e à Fundação Universitária Iberoamericana, pela oportunidade de participação no Mestrado em Educação e pelo suporte institucional, fundamental para a execução deste estudo.

Agradecemos, de forma coletiva, pela amizade, parceria e colaboração durante todo o desenvolvimento do trabalho, que se consolidou como uma experiência enriquecedora de pesquisa e inovação na educação, à equipe formada por Fernando Pereira dos Santos Barbosa, José Alex Bueno Moch Junior, Hayrlla Gisele Maia Saldanha e Eliana Leite Perez.

Por fim, expressamos nossa gratidão a todos os professores, formadores e profissionais que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo, reforçando a importância da cooperação, da pesquisa e da prática educativa transformadora.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernando Pereira dos Santos. **Educação especial e inclusiva: ação docente especializada na perspectiva da psicoeducação em saúde mental**. Epitaya E-Books, v. 1, n. 91, p. 9-26, 2024. DOI: https://doi.org/10.47879/ed.ep.2024721p9.

BARBOSA, Fernando Pereira dos Santos. A atuação do educador especial e do psicopedagogo na escola inclusiva: da educação infantil aos anos iniciais do ensino fundamental. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA – EPCC, 14., 2025. **Anais eletrônicos [...]**. [S. l.]: Even3, 2025.

CAIADO, Katia Regina Moreno; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade: uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 303-315, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000200006.

CAST. **CAST Universal Design for Learning guidelines version 3.0**. [S. l.]: CAST, 2024. Disponível em: https://udlguidelines.cast.org/. Acesso em: 08 ago. 2026.

CAST. **Universal design for learning guidelines version 2.2**. [S. l.]: CAST, 2018. Disponível em: https://udlguidelines.cast.org/more/downloads/. Acesso em: 01 ago. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001: institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – Educação Especial da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, número especial, p. 105-124, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400009.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

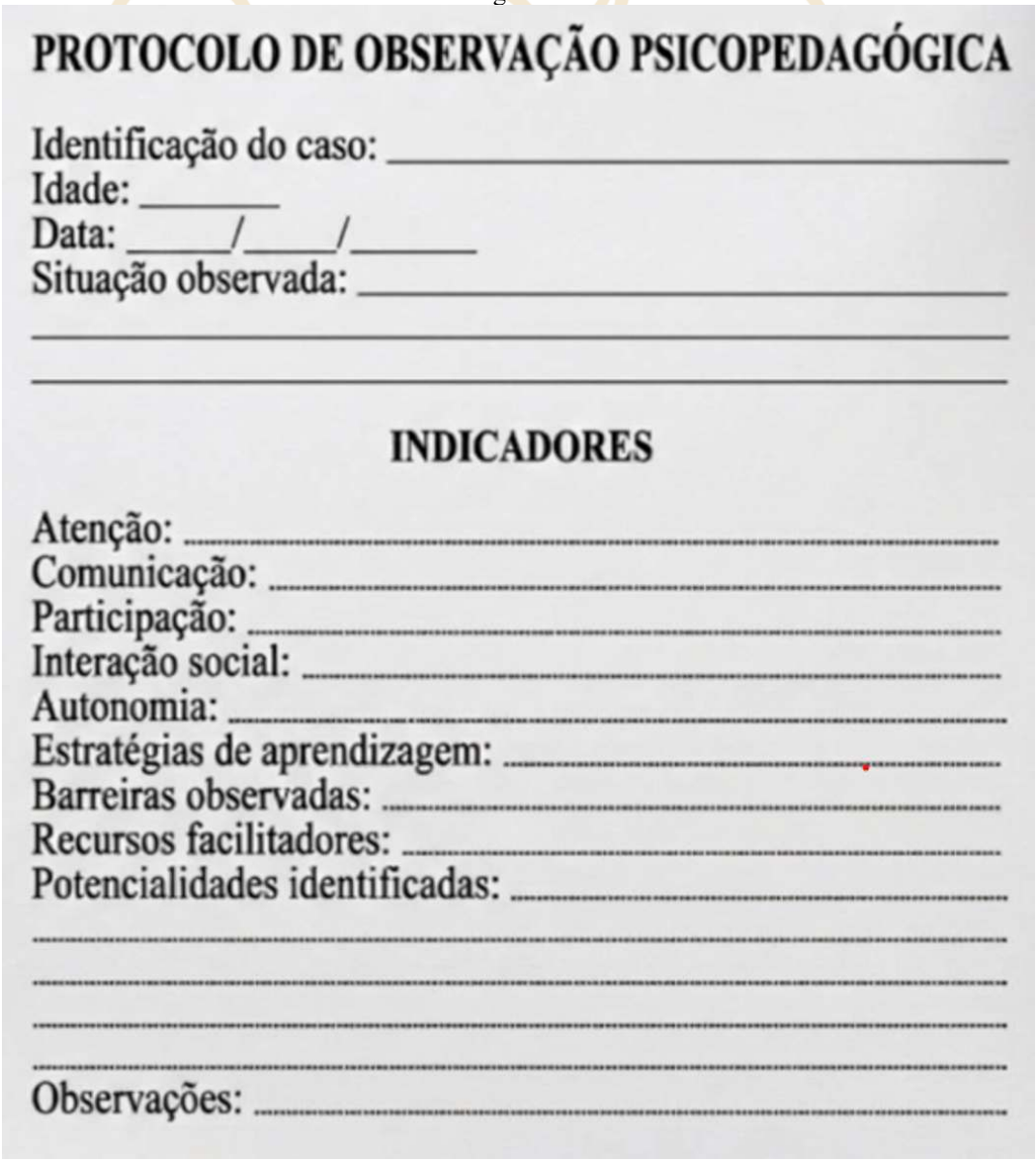
SANCHES, Isabel Rodrigues. **Compreender, agir, mudar, incluir: da investigação-acção à educação inclusiva**. Revista Lusófona de Educação, v. 5, n. 5, p. 127-142, 2005. Disponível em: https://hdl.handle.net/10437/1429. Acesso em: 15 ago. 2026.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Instrumento elaborado pelos autores com fundamentação nas dimensões de desenvolvimento, aprendizagem e educação contempladas no estudo e nos princípios da educação inclusiva e do Desenho Universal para a Aprendizagem.

Figura 1.



Fonte: Instrumento elaborado pelos autores, com fundamentação em Barbosa (2024, 2025) e nos princípios da educação inclusiva e do Desenho Universal para a Aprendizagem.

APÊNDICE B – MATRIZ DE ANÁLISE DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Figura 2.

MATRIZ DE ANÁLISE DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Caso analisado: _____
Data: ____/___/_____
Profissional: _____
Escola/Instituição: _____

1. Engajamento:	Quais estratégias favorecem a motivação e a participação do estudante?
2. Representação:	Quais diferentes formas de apresentação do conteúdo podem facilitar o acesso à informação?
3. Ação e expressão:	Quais diferentes formas de demonstrar a aprendizagem podem ser oferecidas?

4. Barreiras identificadas
1. .....
2. .....
3. .....
4. .....
5. .....
6. .....

5. Potencialidades identificadas
1. .....
2. .....
3. .....
4. .....
5. .....
6. .....

6. Estratégias psicopedagógicas propostas
1. .....
2. .....
3. .....
4. .....
5. .....
6. .....
7. .....
8. .....
9. .....
10. .....

Fonte: Matriz elaborada pelos autores com base nos princípios do CAST (2018, 2024).